



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 496/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1658/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anuais.

3- Órgão: Programa Estadual de Proteção e Orientação do Consumidor – PROCOMAM (U.G. 21108).

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Sr. Guilherme Frederico Silveira Gomes; Sra. Silvana Miranda Correa e a Sra. Janaína Sales Rodrigues.

6- Unidade Técnica: DICAD – Informação nº 141/2014 (fl. 145)

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2373/2014-MP-ELCM, da Dra Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 146/147).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. PROCOM, exercício 2013.

Regular com Ressalvas. Determinação à origem. Encaminhamento ao DICREX.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo arts. 11, III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1- Julgar as contas **REGULARES COM RESSALVA** com esteio no art. 22, II da Lei 2.423/96- LOTCE/AM c/c art. 188, §1º, II da Resolução n.04/02-TCE;

9.2- Determinar à origem com supedâneo no art. 34, I da Lei 2.423/96:

9.2.1- A correção nos sistemas e demonstrações contábeis no intuito de evitar os conflitos de informações nos demonstrativos contábeis em relação aos bens patrimoniais.

9.2.2- A observância do prazo quinquenal na manutenção de Inscrições de Restos a Pagar conforme art. 70 do Decreto federal nº 93.872/86.

9.2.3- Atualização da declaração de bens nas fichas funcionais do Chefe do PRCON/AM conforme art. 266, CE/89 c/c art. 13, §1º ao 4º da Lei 8.429/92 e art. 1º, inciso VII da Lei 8.730/93.

9.3- Encaminhar à DICREX o presente julgado para verificar se há processos de cobrança administrativa contra o Sr. Guilherme Frederico da Silveira Gomes e a Sra. Silvana Miranda Correa, caso contrário seja expedido certificado de quitação plena com esteio no art. 72, I da Lei 2.423/96- LOTCE/AM.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 496/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 03 de setembro de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em exercício.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral